

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS -FACIC
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

BRUNA MOTA MIRANDA

**SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED: UMA ANÁLISE DA
LINHA DO TEMPO DA IMPLANTAÇÃO E SUAS ADEQUAÇÕES**

UBERLÂNDIA/MG

JUNHO/2022

BRUNA MOTA MIRANDA

**SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – SPED: UMA ANÁLISE DA
LINHA DO TEMPO DA IMPLANTAÇÃO E SUAS ADEQUAÇÕES**

Artigo acadêmico apresentado a faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Ms Valdiney A. Oliveira

UBERLÂNDIA/MG

JUNHO/ 2022

BRUNA MOTA MIRANDA

Sistema Público de Escrituração Digital – SPED: Uma Análise da linha do tempo da implantação e suas adequações

Artigo acadêmico apresentado a faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Banca de Avaliação:

Prof^o Ms Valdiney Alves de Oliveira – UFU
Orientador

Prof^o
Membro

Prof^o
Membro

Uberlândia (MG), 28 de junho de 2022

RESUMO

Este artigo se propôs a apresentar e analisar a idealização, criação e implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), além de investigar o impacto que o processo trouxe para o governo e para as empresas. Durante a apresentação do trabalho, foram discutidos os motivos que levaram a inserção desse sistema no Brasil, apresentando a linha do tempo da idealização à implantação, as adequações, os impactos negativos causados aos empresários e os benefícios auferidos com o processo. Também foram apresentados todos os módulos que compõem o sistema, com a descrição do que cada um deles representa dentro da cadeia de desenvolvimento e a partir de qual data cada um deles foi considerado obrigatório.

Palavras-Chave: SPED. Escrituração. Governo. Empresas. Digital.

ABSTRACT

This article proposes to present and analyze the idealization, creation and implementation of the Public Digital Bookkeeping System (SPED). in addition to the impact that the process brought to the government and to companies. During the presentation of the work, the reasons that led to the insertion of this system in Brazil will be discussed, presenting the timeline from idealization to implementation, the adjustments, the negative impacts caused to entrepreneurs and what benefits the process brought to both parties. All modules that make up the system will also be presented, with a description of what each one of them represents within the development chain and from which date each of them was considered mandatory.

Palavras-Chave: SPED. Bookkeeping. Government. Companies. Digital.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	6
2.1 SPED: Início do Projeto.....	6
2.2 Execução e Implantação.....	6
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	8
4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS.....	9
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	10
6. REFERÊNCIAS.....	11

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Silva *et al.* (2013), o Fisco brasileiro buscou reduzir a brecha fiscal por meio da implantação do Sistema Público de Escrituração de Documentos – SPED como forma de reduzir a inadimplência e até mesmo a sonegação fiscal. Dessa forma, com o constante avanço da tecnologia em diversas áreas, houve a necessidade de melhorar e integrar também as rotinas contábeis e cada vez mais vem sendo criado pelo governo ferramentas para controlar as obrigações das empresas com o intuito de facilitar a fiscalização e o recebimento das informações.

Conforme a Receita Federal do Brasil, o Sistema Público de Escrituração Digital - SPED é um sistema criado pelo governo federal para receber informações contábeis e fiscais das empresas. Em outras palavras, trata-se de uma plataforma online por meio da qual as empresas fazem o envio de informações contábeis e fiscais de interesse do governo.

O SPED foi criado com o intuito de unificar os Fiscos Federal, Estadual e Municipal. Assim seria possível uniformizar as entregas para os contribuintes e tornar mais efetivo o cruzamento de dados facilitando a identificação de processos ilícitos e a sonegação de impostos.

Este trabalho teve por objetivo apresentar a linha do tempo da implantação dessa digitalização das rotinas contábeis e analisar os pontos positivos e negativos, com foco no Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) de acordo com informações disponibilizadas principalmente pelo Governo Federal. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica que teve por missão reunir as informações esparsas no arcabouço do Fisco como forma de demonstrar as escolhas e procedimentos adotados para a implantação do sistema. Dessa forma, foi possível acompanhar as mudanças ocorridas desde a idealização do sistema, quais obstáculos foram enfrentados e os resultados obtidos.

O trabalho encontra-se dividido em 4 seções além da presente. Na seção 2 apresentam-se o histórico do processo e estudos anteriores como parte do referencial teórico. Na seção 3 são discutidos os aspectos metodológicos. Na quarta seção demonstram-se os resultados do processo e na quinta seção são apresentadas as considerações finais como forma de encerramento do trabalho.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SPED: Início do Projeto

O SPED foi idealizado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, onde foi editada a Lei n.9989/00 que trazia o Plano Plurianual, o qual visava à modernização das administrações tributárias e aduaneiras. Logo em seguida já começou a ser desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO, 2000).

Com isso, em 2004 foi realizado o 1º Encontro Nacional de Administradores Tributários (ENAT), onde reuniram representantes da Receita Federal, Estados, Distrito Federal e Municípios com o objetivo de buscar soluções conjuntas que promovessem maior integralização entre as três esferas de governo.

Nesse encontro foram aprovados dois protocolos de cooperação: um atendendo ao interesse da administração tributária da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e outro geral que atendesse de forma conjunta todos os entes públicos.

No ano seguinte aconteceu a 2º edição desse encontro com o intuito de dar efetividade aos planos desenvolvidos, assinando o protocolo de cooperação nº 02 e nº 03, que tinham como objetivo implantar o Sistema Público de Escrituração Digital e dar início ao desenvolvimento da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

O SPED entrou em vigor definitivamente com a edição do Decreto nº 6.022/ 2007 e se propunha a ser

“(…) instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.”

Através do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) foi citado no tópico "Aperfeiçoamento do Sistema Tributário" que a implantação do SPED e criação da NF-e seria em um prazo de dois anos.

2. 2 Execução e Implantação

Durante esses 2 anos estipulados para início da implantação pelo PAC foram desenvolvidos projetos de integralização de forma coletiva, avançando com a criação dos doze módulos existentes que se completam, sendo eles cinco documentos fiscais e sete escriturações, que foram implantados gradualmente. São eles:

MÓDULO	O QUE É?	OBRIGAÇÃO
NF-e	Modelo Nacional de documento eletrônico substituindo a emissão em papel.	Julho de 2009
CT-e	Documentar Prestação de Serviços de Transporte.	Dezembro de 2012
NFS-e	Documentar eletronicamente as operações de prestação de serviços.	Em desenvolvimento
NFC-e	Registra as operações comerciais de venda presencial ou em domicílio a consumidor final, através de operações internas sem direito a crédito de ICMS. Substituiu a ECF e a nota modelo 2.	Março de 2019
MDF-e	Emissão e armazenamento do vínculo de documentos fiscais transportados na unidade de carga usada.	Fevereiro de 2014
ECD	Transmitir em versão digital os livros contábeis (diário, razão, balancetes, balanços e fichas de lançamentos comprobatórios dos assentamentos transcritos.	Ano calendário 2014
ECF	Substituiu a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) que foi extinta.	Ano calendário 2014
EFD ICMS IPI	Escrituração de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil e registros de apuração de impostos referente as operações e prestações praticadas pelo contribuinte, dentre eles o ICMS e IPI.	Início em datas diferentes conforme o Estado
EFD CONTRIBUIÇÕES	Escrituração da Contribuição para o PIS/PASEP e COFINS.	Janeiro de 2012
EFD REINF	Escrituração de rendimentos pagos e retenções de Imposto de Renda e Contribuição Social exceto quando relacionadas ao trabalho. Substituiu obrigações acessórias como GFIP, DIRF, RAIS e CAGED.	Maior de 2018
E-Financeira	Transmissão de arquivos referente ao cadastro, abertura, fechamento e auxiliares de empresas e também o módulo de operações financeiras.	Janeiro de 2015
E-Social	Transmissão de informações relacionadas aos trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicação de acidentes de trabalho, aviso prévio, FGTS etc.	Janeiro de 2018

Para que o desenvolvimento e implantação desses sistemas fossem possíveis, foi firmada parceria com 20 instituições e 27 empresas.

As empresas pilotos utilizaram os programas antes que eles fossem de fato disponibilizados, com isso apontam erros de estrutura e dificuldades encontradas na implantação e processamento, além de sugerir melhorias.

Após o prazo dado às empresas pilotos para aderirem ao processo, foram realizados fóruns para discutir os pontos levantados. Tais encontros geralmente ocorreram mensalmente na sede do Conselho Federal de Contabilidade CFC. Paulo Roberto da Silva, um dos representantes desse fórum afirma que “a fase de implantação foi extremamente importante, pois diversas questões são encaminhadas através do Fórum, o que traz ganho tanto para o governo, quanto para as empresas.”

2.3 Estudos anteriores

Geronet *al.* (2011) demonstraram em seu estudo, a percepção dos contribuintes em relação aos impactos e benefícios da implantação do SPED, tais como a redução de fraudes e diminuição dos custos operacionais, comparado com um estudo semelhante no Chile. Silva *et al.* (2013) confirmaram que o SPED influencia nos resultados econômico-financeiros declarados pelas empresas, e consideram que a implantação aumenta a eficácia e a eficiência dos mecanismos de auditoria da administração tributária.

Gonçalves e Silva (2019), por sua vez, buscaram avaliar se a prontidão para a tecnologia e a percepção dos benefícios por ela gerados seria capaz de influenciar o atendimento às exigências do SPED, confirmando por meio dos resultados obtidos que existiria uma crença de que a tecnologia possuía influência significativa no SPED.

Assim, a influência do SPED na tomada de decisão e também no uso de tecnologias, se apresenta como importante e pode ser determinante para a obtenção de regularidade de resultados, bem como da tributação, evitando a sonegação.

Na seção seguinte apresentam-se os aspectos metodológicos da pesquisa.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho é motivado pela busca do entendimento sobre um tema amplo e que sofreu diversas modificações ao longo do tempo, de forma que quando se procura algo sobre ele, ou está incompleto ou ainda dividido em vários lugares e de formas não conectadas.

Assim, idealizou-se um modo de unificar o assunto em um único texto, para que se possa ter de forma organizada e agrupada de informações.

Em relação aos objetivos das pesquisas, Gil (2002, p. 41) afirma que é “usual a classificação com base em seus objetivos gerais” e as classifica em: exploratórias, descritivas e explicativas. As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição de características de determinada população ou fenômeno e o estabelecimento de relações entre variáveis. Este trabalho consistiu em uma pesquisa descritiva cujo intuito foi aprofundar no tema escolhido, que é um assunto já existente, ou seja, trata-se de uma investigação que buscou destacar e analisar diversos pontos relacionados a implantação do SPED. Além disso, é baseada em materiais teóricos, utilizando textos, artigos e legislações pertinentes ao tema.

Outra forma de classificar a metodologia utilizada é em qualitativa, pois aborda as questões coletadas, sem modificar a forma como foi encontrada na literatura e as descreve de forma que não podem ser quantificadas numericamente. Por fim, é utilizado o método indutivo, onde o tema foi observado e analisado, tendo assim material suficiente para se ter uma conclusão, chegando assim ao resultado esperado.

4. DISCUSSÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Com a implantação do SPED, o dia a dia do empresário passou por uma mudança brusca. Agora o fisco teria com detalhe de informações, acesso a todas as operações realizadas intensificando e facilitando as fiscalizações que antes dependiam da visita de auditores fiscais ou denúncias.

Antes os documentos fiscais que eram formalizados via formulários timbrados, agora são emitidos de forma online e automaticamente armazenadas em um banco de dados nacional desencadeando notificações e questionamentos caso seja apresentada qualquer erro ou imprudência.

Segundo levantamento do Banco Mundial o Brasil (2017) continua sendo o país em que se gasta mais tempo e dinheiro para calcular impostos. Em contrapartida, o fisco segue aumentando sua arrecadação, pois concluiu que com a implantação do SPED, sonegar tributos tem ficado cada vez mais difícil.

Tal processo vem levantando questionamentos no meio empresarial, que alegam que a melhoria dos mecanismos e conseqüentemente o aumento da arrecadação dos impostos, deveria ser discutido uma forma de colocar em prática a tão sonhada redução da carga tributária.

Outro ponto observado foi quanto ao crescimento tecnológico que ocorreu, visto que para cumprir as exigências, governo e empresas, precisaram programar novas tecnologias desenvolvidas na maioria das vezes apenas com a finalidade de atender essas demandas.

Segundo o subsecretário Jung Martins (ano) *"a substituição das declarações por escriturações é o caminho da simplificação e da segurança, tanto para o fisco quanto para as empresas."*

Para o auditor fiscal Clóvis Belbute Peres, chefe da divisão de Escrituração Digital

"O SPED é uma construção social coletiva, onde a Receita Federal tem um papel de liderança, fomentando parcerias e coordenado o desenvolvimento, não é apenas um repositório ou um sistema de coleta, é uma instituição da sociedade. Uma forma pela qual a sociedade construiu um modelo em que, trabalhando em parceria com o fisco, amplia controles e simplifica a prestação de informações. O ecossistema parece estar completo, mas ainda há muito para ser aperfeiçoado e desenvolvido".

Clóvis ainda cita:

"outros países possuem sistemas com algumas semelhanças, mas nada se compara a amplitude e capacidade de inovação do SPED.

Esse sistema, portanto, percorreu um longo caminho e encontra-se hoje completo, embora alguns módulos ainda estejam em processo de adequação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto SPED foi visto como assertivo e teve força para seguir em frente pois além dos objetivos já citados, foi demonstrado que o governo teve crescimento na sua arrecadação e obrigou as empresas em geral a organizar seus processos internos a fim de gerar informações corretas para o fisco.

As limitações do trabalho estão relacionadas a alteração das legislações que trouxeram uma certa irregularidade nos dados e foram responsáveis por uma certa instabilidade, pois pode continuar mudando após a publicação deste trabalho. Outra dificuldade encontrada, trata-se de conseguir material sobre o modo como as pessoas enxergam o tema, pois é um assunto que pode ser abordado, entendido e estudado de diversas formas e por diferentes ramos de atividade.

Sugere-se para a realização de trabalhos futuros, a escrita de um artigo que provoque um aprofundamento sobre o assunto as dificuldades encontradas pelas empresas e pelos profissionais da área para a adoção do modelo SPED.

6. REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Juliana. **Sped: oito anos de avanços e desafios. 2016.** Disponível em: <https://cfc.org.br/noticias/sped-oito-anos-de-avancos-e-desafios/>. Acesso em: 28 maio 2022.
- BRASIL. RECEITA FEDERAL. . **Histórico.** Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/966><http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/966>. Acesso em: 28 maio 2022.
- BRASIL. RECEITA FEDERAL. **Universo de atuação.** Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/970>. Acesso em: 28 maio 2022.
- BRASIL. RECEITA FEDERAL. **O SPED completa 10 anos de inovação e simplificação!** Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/2108>. Acesso em: 28 maio 2022.
- BRASIL. RECEITA FEDERAL. **Instrução Normativa Rfb N° 1420.** BRASIL, 19 dez. 2013.
- BRASIL. RECEITA FEDERAL. **Instrução Normativa Rfb N° 2004.** BRASIL, 18 jan. 2021.
- BRASIL. RECEITA FEDERAL. **Instrução Normativa Rfb N° 1252.** BRASIL, 01 mar. 2012.
- BRASIL. RECEITA FEDERAL. **Instrução Normativa Rfb N° 1863.** BRASIL, 27 dez. 2018.
- BRASIL. RECEITA FEDERAL. **Instrução Normativa Rfb N° 1571.** BRASIL, 02 jul. 2015.
- BRASIL. RECEITA FEDERAL. **Portaria Conjunta Seprt / Rfb N° 71.** BRASIL, 29 jun. 2021.
- EFICIENCIA FISCAL (comp.). **Tudo o que você precisa saber sobre o sistema SPED.** 2019. Disponível em: <https://blog.eficienciafiscal.com.br/conheca-tudo-sobre-o-sistema-sped/>. Acesso em: 28 maio 2022.
- FILHO, Roberto. **O que é o SPED?: parte 2 do artigo: sped: amigo ou vilão do empresário brasileiro?.** 2018. Disponível em: <https://www.contabeis.com.br/artigos/4909/o-que-e-o-sped/>. Acesso em: 28 maio 2022.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, R. C. M., SILVA, L. F. S. Prontidão para a tecnologia e percepção de seus benefícios como fatores de influência no atendimento às exigências do Sped – sistema público de escrituração digital. **Brazilian Journal of Development**. v. 5, n. 7, Julho/2019. <https://doi.org/10.34117/bjdv5n7>.

JUNQUEIRA, Gabriel. O que é SPED e para que serve essa escrituração? 2020. Disponível em: [https://www.infovarejo.com.br/o-que-e-sped/#:~:text=O%20Sistema%20P%C3%ABablico%20de%20Escritura%C3%A7%C3%A3o%20Digital%20\(SPED\)%2C%20%C3%A9%20a,comerciais%20dentro%20das%20normas%20estabelecidas](https://www.infovarejo.com.br/o-que-e-sped/#:~:text=O%20Sistema%20P%C3%ABablico%20de%20Escritura%C3%A7%C3%A3o%20Digital%20(SPED)%2C%20%C3%A9%20a,comerciais%20dentro%20das%20normas%20estabelecidas). Acesso em: 28 maio 2022.

MANUEL, Jose. Projeto SPED da Receita Federal. 2019. Disponível em: <https://fiscaldescomplicado.com/projeto-sped-da-receita-federal/>. Acesso em: 28 maio 2022.

GERON, C.M. S.;FINATELLI, J.R.;FARIA, A.C.; ROMEIRO, M.C. SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: Percepção dos contribuintes em relação os impactos de sua adoção. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**. v. 5, n. 2, p.44-67, Maio/Agosto 2011. <https://doi.org/10.17524/repec.v5i2.343>.

SILVA, A. F., PASSOS, G.R., GALLO, M. F., PETERS, M. R. S. SPED – Sistema Público de Escrituração Digital: Influência nos resultados econômico-financeiros declarados pelas empresas. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios (RBGN)**. v. 15, n. 48, Julho/Setembro 2013. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v15i48.1330>.